



NEOLIBERALISMO E O RACISMO NO BRASIL

Fagner Fernandes Stasiaki

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CNPq
fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br

Erik Luís Sott de Santis

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista CAPES
erik.santis@estudante.uffs.edu.br

Edemar Rotta

Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS.
erotta@uffs.edu.br

1 Introdução

O objetivo deste trabalho teórico é realizar uma leitura crítica das novas formas de discriminação racial no Brasil, articulando o conceito de neoliberalismo, relacionando assim com classe e raça. Parte-se do entendimento de que o neoliberalismo constitui um modo de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que promove a individualização das responsabilidades sociais, oculta práticas autoritárias e preconceituosas sob a aparência de gentileza, informalidade e cordialidade. Nesse contexto, busca-se responder à seguinte questão: de que maneira o neoliberalismo contribui para a reprodução do racismo estrutural?

Este estudo justifica-se por sua relevância social, na medida em que busca contribuir para o debate crítico acerca das interseções entre neoliberalismo e racismo no Brasil. Parte-se do entendimento de que o neoliberalismo, ao intensificar desigualdades estruturais, não apenas perpetua a marginalização das populações racializadas, como também amplia os efeitos dessas mazelas a toda a sociedade. Logo, o trabalho propõe reflexões que visam fomentar a construção de uma sociedade mais equitativa e transformadora, pautada na justiça social e no enfrentamento das dinâmicas excludentes que estruturam o atual modelo socioeconômico.



2 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos têm aporte bibliográfico, com consultas em livros, e-books, periódicos. A revisão bibliográfica contempla obras teóricas da área dos estudos neoliberalismo e racismo, com ênfase em autores como Silvio de Almeida (2019), Dennis de Oliveira (2021) e David Harvey (2005).

Para a análise, utiliza-se dos conceitos de neoliberalismo, articulados com o racismo, evidenciando, assim, como essas duas estruturas operam de forma interdependente na produção e manutenção das desigualdades sociais, especialmente no contexto brasileiro.

3 Classe ou Raça?

A relação entre raça e classe é uma das questões centrais para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil. Longe de serem esferas separadas, ambas se articulam de forma estrutural no interior do capitalismo. Nesse sentido, discutir o racismo sem considerar sua conexão com a lógica de exploração econômica é esvaziar a crítica social. A seguir, analisam-se os principais pontos dessa articulação a partir das contribuições do autor.

Almeida (2019) aborda o debate recorrente sobre se a luta contra a desigualdade deve priorizar a raça ou a classe, considerando-o um falso dilema. Afirma, também, que o racismo está profundamente enraizado nas estruturas do capitalismo e é essencial para a sua manutenção. O racismo não pode ser visto como uma questão lateral ou subordinada à classe, pois a própria formação das classes sociais se dá em meio a processos racializados.

Almeida (2019) aduz que a luta negra no Brasil sempre foi uma forma de luta de classes, já que o racismo foi usado para manter o povo negro nas camadas mais exploradas da sociedade. Ou seja, não há consciência de classe plena sem consciência racial, pois o racismo atua dividindo a própria classe trabalhadora, especialmente em tempos de crise, quando minorias são usadas como bode expiatório.



Almeida (2019) refere ainda que as identidades racializadas são construídas como inimigas públicas para justificar políticas de repressão, encarceramento e violência estatal. Também, alerta para o risco de desconectar as pautas identitárias das críticas estruturais ao capitalismo: sem igualdade econômica e social, a diversidade se torna uma armadilha moralista.

Por fim, essa instrumentalização do racismo como ferramenta de controle social se intensifica no contexto do neoliberalismo, modelo que redefine o papel do Estado e aprofunda as desigualdades estruturais.

4 Neoliberalismo e racismo

No contexto do neoliberalismo, o falso dilema entre raça e classe ganha novas camadas de complexidade. O modelo neoliberal, ao promover a individualização das responsabilidades sociais e a retração do Estado, intensifica as desigualdades estruturais, sobretudo entre populações racializadas.

A ascensão do neoliberalismo como doutrina dominante se deu a partir do final da década de 1970, com a atuação de figuras como Margaret Thatcher e Paul Volcker, que retiraram essas ideias de uma relativa obscuridade e as institucionalizaram como diretrizes centrais da administração econômica. Nesse modelo, o Estado deixa de ser visto como garantidor da justiça social e passa a desempenhar o papel de facilitador do livre mercado (Harvey, 2005).

O neoliberalismo tem origem depois da II Guerra Mundial como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista de Bem-Estar. O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2005).

Nessa perspectiva, a crise de bem-estar social e do modelo fordista de produção confere ao racismo uma nova configuração. O fim do consumo de massa como padrão produtivo predominante; o enfraquecimento dos sindicatos; a produção baseada em alta tecnologia; e a superação dos direitos sociais em nome da austeridade fiscal tornaram populações inteiras submetidas às mais precárias condições ou simplesmente



abandonadas à própria sorte, anunciando o que muitos consideram o esgotamento do modelo expansivo do capital (Almeida, 2019). Nesse novo cenário de exclusão estrutural, onde o Estado se ausenta da garantia de direitos sociais, a manutenção da ordem passa a depender não da inclusão, mas da repressão.

Da mesma forma, a televisão, também, constrói uma narrativa que reforça estereótipos raciais e legitima a criminalização dos corpos negros, contribuindo para a naturalização da seletividade penal e para a aceitação social do encarceramento em massa como forma de controle e punição. Essa representação não é neutra: ao associar criminalidade à população negra, a mídia atua como braço simbólico de um projeto maior de controle social.

Outrossim, sob a lógica neoliberal, o Estado deixa de ser garantidor de direitos sociais e passa a exercer predominantemente funções repressivas. A ausência de políticas públicas é compensada pelo avanço das políticas de “lei e ordem”, que priorizam o controle punitivo das populações vulnerabilizadas, sobretudo negras. A mídia, nesse contexto, cumpre o papel de naturalizar a repressão, transformando o sofrimento social em espetáculo e reforçando a ideia de que a insegurança pública decorre da “conduta” dos indivíduos, e não da desigualdade estrutural.

Oliveira (2021) lembra que o período chamado de “breve século XX”, que se inicia com as guerras mundiais entre 1914 e 1945, tem no período pós-guerra uma situação favorável à emergência de novos sujeitos coletivos, sendo um período de conflitos intensos. Foi um momento em que cresceu o número de Estados soberanos com a independência de várias ex-colônias no continente africanos e no Oriente Médio; de constituição do bloco dos países não alinhados e o conceito de Terceiro Mundo; de revoluções e construções de projetos socialistas em países da periferia global, Cuba, Nicarágua, Angola, Moçambique e Chile; entre outros (Oliveira, 2021).

Quando se fala em contrarreforma e restauração não é apenas um retorno ao passado, mas uma rearticulação das classes dominantes no sentido de bloquear a ascensão das classes subalternas, ainda que em processo de revolução passiva e reforçar a supremacia de classes dominantes (Oliveira, 2021).

Por fim, Almeida (2019), observa que em tempos de crise, o racismo torna-se uma ferramenta de reorganização social. Assim, a contrarreforma neoliberal não representa



apenas uma reconfiguração econômica, mas também uma reformulação das tecnologias de dominação, nas quais o racismo cumpre papel central na manutenção da ordem.

5. Considerações finais

Conclui-se que a articulação entre raça e classe é fundamental para compreender as desigualdades no Brasil contemporâneo. Como destaca Almeida, o racismo não é um fenômeno separado da exploração capitalista, mas um de seus pilares estruturais. No contexto neoliberal, essa lógica se intensifica. A mídia, ao reforçar estereótipos e legitimar a criminalização da população negra, torna-se aliada na naturalização do encarceramento e da exclusão. A contrarreforma neoliberal, portanto, não só aprofunda desigualdades, como reconfigura mecanismos de dominação. Combater essas desigualdades exige reconhecer a centralidade da questão racial nas dinâmicas de classe. Assim, a luta antirracista precisa ser também anticapitalista e antineoliberal.

Referências

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa [recurso eletrônico]. Tradução de Pedro Davoglio. Revisão técnica e notas de Silvio Luiz de Almeida. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. 2. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Breve história do neoliberalismo. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

Agradecimentos: CNPq e CAPES